

VOE Concessões e Participações Ltda.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e relatório dos auditores independentes

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da VOE Concessões e Participações Ltda., denominada “Empresa” ou “VOE” (“anteriormente denominada” Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Barueri, 19 de março de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e Administradores da VOE Concessões e Participações Ltda.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VOE Concessões e Participações Ltda. (Empresa) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da VOE Concessões e Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório

da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os

eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

VOE Concessões e Participações Ltda.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		170.365	371.425
Caixa e equivalentes de caixa	6	145.280	193.777
Aplicações financeiras	6	1.296	43.012
Contas a receber das operações	7.1	5.173	114.098
Contas a receber de partes relacionadas	10	34	48
Tributos a recuperar		17.467	15.482
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	-	1.912
Adiantamento a fornecedores		-	14
Despesas antecipadas e outros créditos		1.115	3.082
Não circulante		803.249	15.932
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras - conta reserva	6	1.867	2.087
Tributos a recuperar		4.053	2.294
Depósitos judiciais e outros créditos		1.743	1.701
Imobilizado	11	4.722	4.842
Intangível	12	89	5.008
Infraestrutura em construção	12	790.775	-
Total do Ativo		973.614	387.357
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025	2024
Circulante		203.853	252.817
Fornecedores	13	156.563	144.135
Impostos e contribuições a recolher		21.812	27.885
Obrigações sociais e trabalhistas		286	20.388
Contas a pagar a partes relacionadas	10	-	5.073
Obrigações com o Poder Concedente		-	31.143
Dividendos e juros sobre capital próprio	10	22.188	22.188
Outras obrigações		3.004	2.005
Não circulante		22.894	178.970
Fornecedores	13	12.070	2.546
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	10.824	15.320
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	10 e 15.1	-	161.000
Obrigações sociais e trabalhistas		-	104
Patrimônio Líquido	15	746.867	(44.430)
Capital social		901.763	139.763
Reservas de capital		2.676	3.160
Reservas de lucros		35	35
Prejuízos acumulados		(157.607)	(187.388)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		973.614	387.357

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOE Concessões e Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	16	273.372	1.122.758
Custos dos serviços prestados		(237.242)	(1.137.506)
Custo de obras		(86.635)	(749.117)
Serviços		(104.469)	(182.795)
Custo com pessoal		(17.331)	(88.283)
Custo da outorga		(13.348)	(54.678)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	11 e 12	(4.011)	(21.875)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.843)	(15.569)
Custo de imobilizado (não ativável)		(401)	(9.964)
Aluguéis		(1.281)	(4.721)
Energia elétrica		(980)	(3.470)
Outros		(2.943)	(7.034)
Lucro (prejuízo) bruto		36.130	(14.748)
Despesas operacionais		(29.441)	(90.309)
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(7.525)	(37.204)
Serviços		(11.491)	(20.522)
Materiais, equipamentos e veículos		(619)	(1.072)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	11 e 12	(1)	(39)
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	4.496	(10.625)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.154)	(6.736)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(270)	(315)
Indenizações		(7.985)	(4.708)
Água, luz, telefone, internet e gás		(394)	(989)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(600)	(765)
Taxa de administração - vale pedagógico		(1.172)	(2.723)
Despesas legais e judiciais		(347)	(273)
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(24)	151
Despesas, provisão e multas indedutíveis		272	1.266
Outras despesas operacionais		(2.627)	(5.755)
Resultado antes do resultado financeiro		6.689	(105.057)
Resultado financeiro	17	25.318	26.089
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		32.007	(78.968)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(2.226)	2.971
Lucro (prejuízo) do exercício		29.781	(75.997)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOE Concessões e Participações Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	29.781	(75.997)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	29.781	(75.997)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOE Concessões e Participações Ltda.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros		Total
			Ágio na incorporação	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2024		139.763	2.642	207	35	(111.391)	31.256
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(75.997)	(75.997)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	311	-	-	311
Saldos em 31 de dezembro de 2024		139.763	2.642	518	35	(187.388)	(44.430)
Saldos em 1º de janeiro de 2025		139.763	2.642	518	35	(187.388)	(44.430)
Lucro do exercício		-	-	-	-	29.781	29.781
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.2	-	-	(484)	-	-	(484)
Aumento de capital em 22 de abril de 2025	15.1	161.000	-	-	-	-	161.000
Aumento de capital em 31 de julho de 2025	15.1	268.000	-	-	-	-	268.000
Aumento de capital em 29 de outubro de 2025	15.1	333.000	-	-	-	-	333.000
Saldos em 31 de dezembro de 2025		901.763	2.642	34	35	(157.607)	746.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VOE Concessões e Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício		29.781	(75.997)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(239)
Apropriação de despesas antecipadas		1.912	7.648
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	24	(151)
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	11 e 12	4.012	21.914
Baixa do ativo imobilizado	11	-	41
Constituições líquidas de reversões e atualizações para Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	5.966	30.207
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	17	(9)	4
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	15.2	(484)	311
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(2.408)	(3.129)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	108.901	(21.568)
Contas a receber de partes relacionadas	10	14	13.580
Impostos a recuperar		(3.744)	29.600
Adiantamento a fornecedores		14	178
Despesas antecipadas e outros créditos		1.925	2.311
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	13	21.961	(45.668)
Contas a pagar a partes relacionadas	10	(5.073)	477
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	14.1	(10.462)	(19.582)
Obrigações sociais e trabalhistas		(20.206)	6.146
Impostos e contribuições a recolher e provisão de imposto de renda e contribuição social		6.548	6.715
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(12.621)	(5.998)
Obrigações com o Poder Concedente	19.1	(31.143)	1.406
Ressarcimento de obras efetuadas		1.027	4.457
Outras obrigações		999	(4.611)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		96.934	(51.948)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições do ativo intangível	12	(790.775)	-
Aplicações financeiras líquidas de resgate	6	44.124	(23.780)
Resgates / aplicações (conta reserva)	6	220	(108)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(746.431)	(23.888)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	15.1	601.000	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		601.000	-
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(48.497)	(75.836)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		193.777	269.613
No final do exercício		145.280	193.777
		(48.497)	(75.836)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Empresa é uma Sociedade Empresária Limitada domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, n.º 8.501, 5º andar, sala 7, Pinheiros, na Cidade de São Paulo/SP, CEP 05425-070.

A Empresa tem por objeto social: a exploração no Brasil e/ou no exterior, direta ou indiretamente, e/ou através de consórcios, de negócios de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem, vias urbanas, pontes, túneis e infraestruturas metroviárias e aeroportuárias; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionados aos negócios indicados no item (i) acima; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive importação e exportação; e (iv) a participação em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista.

Encerramento do contrato de concessão

Em 29 de março de 2025, foi encerrado o contrato de concessão da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (ViaOeste), relativo à exploração, operação e manutenção do sistema viário concedido, em virtude do término do prazo de concessão.

Cabe destacar que o Termo de Recebimento Provisório da Concessão, assinado em 28 de março de 2025, entre seus considerados relaciona a obrigação da Empresa de concluir as obras previstas no Contrato, nos TAMs n.º 17/2008, 19/2010, 25/2022 e 26/2023 e na 429ª RO, mesmo após o término da concessão, sem prejuízo ou impedimento ao encerramento da exploração, operação e manutenção do Sistema Rodoviário.

Deste modo, a Concessionária atualmente segue conforme previsto, realizando exclusivamente os investimentos em obras previstos nos TAMs n.º 17/2008, 19/2010, 25/2022 e 26/2023 e na 429ª RO.

Em 22 de abril de 2025, foi aprovada em Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a transformação do tipo societário da Empresa, de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, sob a denominação social de VOE Concessões e Participações Ltda. (“anteriormente denominada” Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A.).



1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados ao contrato de concessão

A Empresa é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados ao contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Empresa e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam a interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer uma das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; e iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

A Administração da Empresa reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

1.1.1. Processos em andamento

a. [Marginais Castello – ampliações por nível de serviço SP-280 – km 23 a 32 – Processo ARTESP-PRC-2021/04123](#)

O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifique a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os km 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e o Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço, bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da concessionária na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço. O processo segue em fase administrativa.

b. [Sistema semiautomático de pedágio – Processo SEI 134.00005070/2023-98](#)

O contrato de concessão estabelecia a obrigação da Empresa implantar a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustenta haver um desequilíbrio em seu favor, entendimento que é contestado pela Empresa.

No entanto, no decorrer de 2025, a diretoria de operações da ARTESP proferiu despacho que reconheceu: (i) ausência de parâmetros técnicos da ARTESP para implementação do Sistema de Arrecadação Semiautomático (SAS); e (ii) obsolescência da tecnologia, propondo equivalência de funcionalidade com pagamento por meio de cartão bancário por aproximação.

Esse despacho foi confirmado em deliberação colegiada da ARTESP, publicada em 28 de janeiro de 2026, que reconheceu a inexistência de reequilíbrio em favor do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 19 de março de 2026, foi aprovada pela Administração da Empresa a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Empresa, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.8. **Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Impostos diferidos:** valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 12. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
- 14.1. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 18. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.



3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Empresa pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de remuneração de contas a receber do Poder Concedente é reconhecida como complemento da receita da concessionária, à medida que a concessionária tem o direito de ser remunerada pelo Poder Concedente em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação do serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.



Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 16.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.



Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.



3.5. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.



3.6. Ativos intangíveis

A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 12.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.13.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Empresa efetua o teste de valor recuperável.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Empresa determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.



3.9. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.10. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Empresa, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.12. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Empresa seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Empresa estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Empresa reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.13. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Empresa adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza; e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

3.16. Reforma Tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.



a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 10, 16 e 18.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 16, 18 e 19.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Empresa avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 18.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Empresa conta com o suporte financeiro da cotista, Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.. A Administração avalia que a Empresa goza de capacidade para manter a continuidade operacional do negócio, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos na respectiva nota explicativa.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores e outras obrigações	159.567	12.070
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 33.488 substancialmente composto por fornecedores, detalhados na nota explicativa n.º 12. A Empresa apresenta o saldo de R\$ 22.188 relativo a dividendos e juros sobre capital próprio declarados em exercícios anteriores, o qual será objeto de capitalização, mediante aumento do Capital Social, com previsão de formalização até o encerramento do primeiro semestre de 2026.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	658	6.628
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	144.622	187.149
Total	145.280	193.777

Aplicações Financeiras	2025	2024
Circulante	1.296	43.012
Aplicações financeiras (a)	1.296	43.012
Não circulante	1.867	2.087
Conta reserva (b)	1.867	2.087
Total	3.163	45.099

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,85% do CDI, equivalente a 14,43% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (100,01% do CDI, equivalente a 10,88% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2024).

- (a) Compreendem substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- (b) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	5.173	114.098
Contas a receber das operações (a)	5.233	114.134
Provisão para perda esperada (b)	(60)	(36)
Total	5.173	114.098

- (a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas acessórias e de pedágio; e
- (b) Reflete a perda esperada das operações referente aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	5.138	113.831
Créditos vencidos até 60 dias	21	267
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	14	-
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	5	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	55	36
Total	5.233	114.134



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	32.007	(78.968)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(10.882)	26.849
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(242)	(326)
IR e CS não constituídos sobre diferenças temporárias (a)	8.256	(27.334)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(59)	(129)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	620	1.183
Incentivos relativos ao imposto de renda	59	-
Outros ajustes tributários	22	2.728
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.226)	2.971
Impostos correntes	(2.226)	2.732
Impostos diferidos	-	239
Alíquota efetiva de impostos	6,95%	3,76%

(a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, decorrente do encerramento de cronograma de realização dos ativos, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Imposto de renda e a contribuição social diferidos		
Ativo		324
Provisão para perda por <i>impairment</i>	-	47
Provisão para participação nos resultados (PLR)	-	79
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	-	63
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	-	84
Programa de gratificação longo prazo	-	15
Provisão para fornecedores	-	4
Outros	-	32
Compensação de imposto ativo	-	(312)
Impostos ativos após compensação	-	12
Passivo		(324)
Capitalização de juros	-	(151)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (a)	-	(161)
Ajuste a valor presente - partes relacionadas	-	(12)
Compensação de imposto passivo	-	312
Impostos passivos após compensação	-	(12)
Imposto diferido líquido	-	-
Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	-	(239)
Reconhecimento no resultado	-	239
Saldo em 31 de dezembro	-	-

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

A Empresa não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias no montante de R\$ 347.994 (R\$ 118.318 - efeito tributário em 31 de dezembro de 2025) e em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 372.274 (R\$ 126.573 - efeito tributário) por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão (março/2025).

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos a compensar		Apropriação no resultado	
	Circulante			
	2025	2024	2025	2024
Outorga variável	-	1.912	1.912	7.648
Total	-	1.912	1.912	7.648

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	396	396	8	2.198	2.206
Bancos conta movimento	-	362	362	-	2.157	2.157
Contas a receber	-	34	34	8	40	48
Outros créditos	-	-	-	-	1	1
Passivo	22.188	-	22.188	188.013	248	188.261
Fornecedor e contas a pagar	-	-	-	4.825	248	5.073
Dividendos e juros sobre capital próprio	22.188	-	22.188	22.188	-	22.188
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	161.000	-	161.000

Transações	2025			2024		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(41)	(41)	-	(130)	(130)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	11	11	-	-	-
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	(171)	(171)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	-	-	-	(629)	(629)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	(1.988)	(1.988)	-	(8.705)	(8.705)
Custos / despesas - seguros	-	(157)	(157)	-	(11)	(11)
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	(239)	(239)	-	(63)	(63)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(47)	(47)	-	(172)	(172)
Receitas de aplicações financeiras	-	602	602	-	3.323	3.323
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	-	-	-	77	77
Receitas de vendas de ativo imobilizado	-	-	-	-	1.294	1.294
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	-	-	-	-	830	830
Repasso de custos e despesas - CSC (*)	(15.539)	-	(15.539)	(61.607)	-	(61.607)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	(2.082)	(2.398)	(4.480)	(328)	(196)	(524)
Repasso de custos e despesas - Motiva Rodovias	-	(379)	(379)	-	(703)	(703)

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa realizou o pagamento de R\$ 20.337 referente aos repasses de custos e despesas com a cotista Motiva.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Cotista o montante de R\$ 4.589, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais-chave, não há outras remunerações da Administração.

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 20 de março de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros da Administração da Empresa de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que seja atribuído aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Instalações e edificações	Terrenos			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	6	166	87	37	1	4.722	5.019	3.131	8.150
Baixas	-	(34)	(6)	-	(1)	-	(41)	-	(41)
Transferências	-	74	2	-	-	-	76	(76)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	342	-	-	-	-	342	-	342
Depreciação	(4)	(251)	(83)	(37)	-	-	(375)	-	(375)
Outros	(2)	(177)	-	-	-	-	(179)	(3.055)	(3.234)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	120	-	-	-	4.722	4.842	-	4.842
Custo	1.903	26.057	10.627	43.336	-	4.722	86.645	-	86.645
Depreciação acumulada	(1.903)	(25.937)	(10.627)	(43.336)	-	-	(81.803)	-	(81.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	120	-	-	-	4.722	4.842	-	4.842
Depreciação	-	(69)	-	-	-	-	(69)	-	(69)
Outros	-	(51)	-	-	-	-	(51)	-	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	-	-	-	4.722	4.722	-	4.722
Custo	1.903	25.830	9.035	42.834	-	4.722	84.324	-	84.324
Depreciação acumulada	(1.903)	(25.830)	(9.035)	(42.834)	-	-	(79.602)	-	(79.602)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	-	-	-	4.722	4.722	-	4.722
Taxa média anual de depreciação % Em 31 de dezembro de 2025	21	26	37	20	-	-	-	-	-

12. Intangível

	Intangível						
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	24.732	534	-	2.846	28.112	-	28.112
Transferências	-	304	-	(304)	-	-	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(342)	(342)	-	(342)
Amortização	(20.926)	(613)	-	-	(21.539)	-	(21.539)
Outros	977	-	-	(2.200)	(1.223)	-	(1.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.783	225	-	-	5.008	-	5.008
Custo	2.169.954	18.796	251.709	-	2.440.459	-	2.440.459
Amortização acumulada	(2.165.171)	(18.571)	(251.709)	-	(2.435.451)	-	(2.435.451)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.783	225	-	-	5.008	-	5.008
Adições	-	-	-	-	-	790.775	790.775
Amortização	(3.819)	(124)	-	-	(3.943)	-	(3.943)
Outros	(976)	-	-	-	(976)	-	(976)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(12)	101	-	-	89	790.775	790.864
Custo	2.170.509	18.768	251.709	-	2.440.986	790.775	3.231.761
Amortização acumulada	(2.170.521)	(18.667)	(251.709)	-	(2.440.897)	-	(2.440.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(12)	101	-	-	89	790.775	790.864
Taxa média anual de amortização % Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20	(a)	-	-	-	-

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

A partir de 1º de abril de 2025, a Empresa passou a capitalizar os montantes investidos na construção de obras remanescentes da Concessão da ViaOeste, encerrada em 29 de março de 2025. Ao melhorar a

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

infraestrutura dos atuais usuários da Rota Sorocabana, seja no próprio trecho concedido ou em trecho contíguo a esta, gera-se potencial de indução de tráfego e captura de benefício econômico futuro pela Rota Sorocabana.

13. Fornecedores

	2025	2024
Circulante	156.563	144.135
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	81.579	67.651
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	-	38
Cauções e retenções contratuais (b)	74.984	76.446
Total	156.563	144.135
	2025	2024
Não circulante	12.070	2.546
Cauções e retenções contratuais (b)	12.070	2.546
Total	12.070	2.546

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Empresa. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

14. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

14.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes; e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.598	8.722	15.320
Constituição	2.975	5.223	8.198
Reversão	(1.520)	(2.816)	(4.336)
Pagamentos	(6.635)	(3.827)	(10.462)
Atualização de bases processuais e monetária	778	1.326	2.104
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.196	8.628	10.824

14.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Empresa possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributários, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Cíveis e administrativos	9.505	10.466
Trabalhistas	4.803	4.975
Tributárias	149	-
Total	14.457	15.441

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

Em 22 de abril de 2025, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o aumento de capital da Empresa no valor de R\$ 161.000, mediante a capitalização de créditos oriundos do contrato de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (“AFAC”), firmado em 21 de dezembro de 2023 entre a Empresa e sua única acionista, Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva”), sem emissão de novas ações, passando o capital social da Empresa de R\$ 139.763 para R\$ 300.763, divididos em 13.976.292.242 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de julho de 2025, foi aprovado em Instrumento Particular de 1ª Alteração ao Contrato Social o aumento de capital da Empresa no valor de R\$ 268.000, sem emissão de novas quotas, passando o capital social da Empresa de R\$ 300.763 para R\$ 568.763, divididos em 13.976.292.242 quotas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 29 de outubro de 2025, foi aprovado em Instrumento Particular de 2ª Alteração ao Contrato Social o aumento de capital da Empresa no valor de R\$ 333.000, sem emissão de novas quotas, passando o capital social da Empresa de R\$ 568.763 para R\$ 901.763, divididos em 13.976.292.242 quotas.

15.3 Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Neste exercício houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 11.324 ações;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e
- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 11.324 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Empresa, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em 2023 e 2024 seguem com as mesmas características divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 3.229 ações, restando 25.787 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi revertido da despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 484 relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.3 Reserva de incentivo fiscal

A reserva no montante de R\$ 35, é oriunda da destinação de incentivo ao Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

16. Receitas operacionais líquidas

	2025	2024
Receita bruta	303.562	1.247.375
Receitas de pedágio	298.051	1.224.739
Receitas acessórias	5.511	22.636
Deduções das receitas brutas	(30.190)	(124.617)
Impostos sobre receitas	(29.872)	(122.840)
Abatimentos	(318)	(1.777)
Receita operacional líquida	273.372	1.122.758

17. Resultado financeiro

	2025	2024
Despesas financeiras	(1.905)	(1.640)
Juros passivos	(1.365)	(888)
Despesas bancárias	(229)	(352)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(6)	(5)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(305)	(395)
Receitas financeiras	27.223	27.729
Rendimento sobre aplicações financeiras	25.122	23.743
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	15	1
Juros e outras receitas financeiras	2.086	3.985
Resultado financeiro líquido	25.318	26.089

18. Instrumentos financeiros

18.1 Instrumentos financeiros por categoria

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2025	2024
Ativos	Nível	153.650	353.022
Valor justo através do resultado		148.443	238.876
Caixa e bancos	Nível 2	658	6.628
Aplicações financeiras	Nível 2	145.918	230.161
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	1.867	2.087
Custo amortizado		5.207	114.146
Contas a receber das operações		5.173	114.098
Contas a receber de partes relacionadas		34	48
Passivos		(193.825)	(368.090)
Custo amortizado		(193.825)	(368.090)
Fornecedores e outras obrigações		(171.637)	(148.686)
Contas a pagar a partes relacionadas		-	(5.073)
AFAC - partes relacionadas		-	(161.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(22.188)	(22.188)
Obrigações com o Poder Concedente		-	(31.143)
Total		(40.175)	(15.068)

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

18.2 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Empresa adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

18.3 Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾ (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	146.621	18.193	13.682	9.146
Efeito sobre as aplicações financeiras		18.193	13.682	9.146
Total do efeito de ganho		18.193	13.682	9.146

As taxas de juros consideradas foram⁽¹⁾:

	CDI ⁽²⁾	14,9000%	11,1750%	7,4500%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;

(3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e

(4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

19.1. Compromissos com o Poder Concedente – Outorga variável

	% Base	Valor pago no exercício		Circulante	
		2025	2024	Valor a pagar	2025
Outorga variável	3,0 Receita bruta	15.405	46.876	-	3.966
Total		15.405	46.876	-	3.966

19.2. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

VOE Concessões e Participações Ltda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Compromissos relativos à concessão	518.707	438.902

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(161.000)	-
Aumento de capital	161.000	-

21. Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2026 foi aprovado em Instrumento Particular de 3ª Alteração ao Contrato Social o aumento de capital social no valor de R\$ 208.000, sem a emissão de novas quotas. Foram totalmente subscritas e integralizadas em 27 de janeiro de 2026 por sua única cotista Motiva.

* * *



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Rodrigo Fernandes Monteiro
Guilherme Motta Gomes
Fausto Camilotti

Diretor Presidente
Diretora Administrativo Financeiro
Diretor de Engenharia e Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0